O NEOLIBERALISMO PARA ALÉM DO ECONÔMICO

HIRAN ROEDEL[1]

Resumo

O presente artigo se pauta no entendimento de que o neoliberalismo vai além das relações econômicas. Como fundamento, compreendo que a emergência das novas condições, firmadas em fins do século XX e início do seguinte, levaram os indivíduos a serem postos em contradições que ainda não haviam sido vivenciadas socialmente. Não por acaso, alguns aspectos se constituem como centrais para o desenvolvimento da análise. Assim, no percurso argumentativo, são articulados, portanto, elementos objetivos e subjetivos que possibilitam abarcar o atual momento como a afirmação de um novo comportamento cultural. Estamos diante de uma situação em que o sujeito coletivo e suas representações foram postas em xeque.

Introdução

Nas duas primeiras décadas do século XXI, o mundo presenciou a consolidação da ordem neoliberal. Facilitada pela falência do projeto de uma sociedade pautada na visão do coletivo, a nova configuração, de perfil individualista, se afirma e se expande assumindo contornos hegemônicos no novo milênio. Desse movimento emerge o sujeito autorreferenciado, cujos problemas enfrenta como se fosse um

[1]HIRAN ROEDEL é Dr. em Comunicação, Historiador e Romancista

"lobo solitário".

Mas, se de um lado o neoliberalismo se torna vitorioso mundialmente, por outro também provoca reações sobre os impactos políticos e sociais por ele causados.

Nas décadas de 1990 e 2000, por exemplo, quando as políticas neoliberais começaram a se expandir pelo mundo, o que se presenciou, primeiramente, foi a reação ao desmonte das ferramentas de intervenção do Estado no mercado, com a venda das empresas estratégicas, tais como os bancos estaduais, a Embratel etc. Processo similar ocorreu com a submissão da seguridade social, na época existente, ao capital privado em detrimento do interesse público.

As políticas neoliberais, desde então, orientaram as mudanças na esfera econômica, o que era facilitado pela utilização das novas tecnologias de comunicação que possibilitaram a aceleração do ritmo da circulação de capital e a alteração da relação tempo/espaço no mundo. A articulação desses dois aspectos pressionou para a eliminação das barreiras de proteção das economias nacionais, tendo por argumento que constituíam empecilho ao consumo das grandes massas. Ou seja, para os porta-vozes do neoliberalismo, o Estado atuava em sentido oposto à democratização do acesso a bens e serviços por parte da população, ao favorecer interesses corporativos.

Segundo esses agentes, o neoliberalismo vinha para resolver, justamente, as distorções das relações de trocas desiguais entre os países ricos e pobres que prejudicavam as populações destes últimos. Distorções essas, ressaltam os agentes, que eram tidas, por muitos, como condicionante histórico, mas que poderiam perfeitamente serem superadas dentro do próprio capitalismo, desde que realizadas as reformas necessárias. Isto é, pelo jargão que ficou famoso: era preciso "fazer o dever de casa".

Outro aspecto importante dessa conjuntura a ser ressaltado é o forte impacto sobre os, até então hegemônicos, métodos taylorista e fordista de produção, que se configurou na forma mais sofisticada de apassivamento dos trabalhadores. Enquanto o primeiro intensificava o trabalho em menor tempo possível, e a fragmentação do processo produtivo, o fordismo estendia essa intensificação pela linha de montagem, impondo ao trabalhador ainda mais o tempo ditado pelo ritmo da máquina.

Mas o cenário começou a se alterar no final do século XX, quando a indústria, que era o pilar desse modelo, deixou de ser o mais importante espaço de empregabilidade. Se em 1971 a indústria empregava em torno de 40% da força de trabalho, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2017 isso mudou. O setor passou a corresponder em média, no mundo, a apenas 20% da força de trabalho, conforme os Indicadores do Desenvolvimento Mundial (WDI) e do Banco Mundial.

Não que a indústria tivesse perdido importância econômica. O que se observou foi que a orientação política do movimento do capital, seguindo a lógica de substituição do trabalhador pela máquina, tendeu a gerar a eliminação de postos de trabalho.

A reestruturação do capital que ocorreu, principalmente a partir dos anos de 1970, por exemplo, elevou a taxa de desemprego de 3,25%, no início dos anos 1980, para 8%, conforme aponta Lloyd Kenward (Desemprego nos países industrializados — Finanças e Desenvolvimento/junho 1983). Isso explica o fato de que:

> O desemprego mundial variou de 55,4 milhões de trabalhadores em 1980 para 159,5 milhões em 2000. Nesse contexto, o volume de desempregados sofreu uma elevação de 187,9% e o índice de desemprego foi promovido de 2,86% para 5,70% (KODJA, 2009, p. 41).

Diante desse quadro, é fácil de se constatar que o avanço científico teve, e continua tendo, o objetivo da aceleração da circulação do capital e não o de facilitar o trabalho, como alguns apregoam. Essa é uma situação que se agrava, inclusive, quando do ingresso da robótica e da automação no processo produtivo dos países capitalistas.

Segundo o relatório anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2019 (p. 16), o continente asiático empregava 65% dos robôs industriais do mundo, sendo que, destes, 50% eram empregados pela China. A Europa vinha a seguir, empregando 17,3%, e a América 13,6%. Ou seja, o avanço da utilização da robótica tem sido a base do crescimento e reprodução do capital nas regiões de maior peso na economia mundial.

É evidente que os impactos dessa movimentação do capital não recaí-

ram apenas sobre o nível da empregabilidade. A principal ferramenta de defesa dos trabalhadores, a estrutura sindical, por extensão, também se viu fortemente afetada.

O impacto na estrutura sindical

Iniciemos esta parte lembrando que, para o fordismo, o trabalhador é visto, também, como consumidor. Foi com esse entendimento que se permitiu aumentar a massa salarial. Mas devemos considerar que, quando esse aumento salarial ocorre, isso não implica na diminuição do grau de exploração do capital sobre os trabalhadores. Afinal, Marx já apontava para esse detalhe, mesmo antes do fordismo, quando afirmou que "se aumenta, portanto, a receita do operário com o rápido crescimento do capital, a verdade é que ao mesmo tempo aumenta o abismo social que afasta o operário do capitalista" (MARX,<https://www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/05.htm>).

Quando o fordismo estabelece, desse modo, a produção em larga escala e o trabalhador como consumidor potencial, ele costura, nessa lógica, uma espécie de aliança tácita entre capital e trabalho, colocando o sindicato como peça importante dessa engrenagem. Isto é, o sindicato se constitui no mediador político central desse processo.

A ferramenta de organização e de luta dos trabalhadores, diante disso, passa a atuar de acordo com a lógica do regime do capital e não na perspectiva da limitação da exploração e contribuir para abolir, definitivamente, a relação de trabalho assalariado (MARX: https://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/cap03.htm#i14). Não é de se estranhar, em decorrência dessa incorporação dos sindicatos à dinâmica fordista, que as contradições inerentes ao capitalismo não tenham desaparecido, mas, muito pelo contrário, foram reforçadas, apesar de ter havido enfrentamentos significativos.

O outro lado dessa moeda é que, diante da rigidez dos investimentos de capital fixo para a produção em massa, a flexibilidade de planejamento foi restringida, pois considerava-se que o crescimento do mercado consumidor seria estável (HARVEY, 2005, p.135). Tal crença decorria, nesse caso, do grau de envolvimento dos sindicatos enquanto parte da

engrenagem do capital na produção, circulação e consumo.

Diante do avanço tecnológico das últimas três décadas do século XX, porém, tanto o método fordista de produção quanto a estrutura sindical são postos em xeque. Com o aumento da produtividade e o crescente desemprego, o movimento do capital impôs uma nova realidade à classe trabalhadora.

Nessa conjuntura, com a aceleração e fragmentação da produção em escala mundial, o capital tornou-se cada vez mais abrangente e difícil de ser controlado. No sentido inverso, a mão de obra igualmente fragmentada, porém presa ao território nacional, por outro lado se vê submetida ao poder de um Estado que, inferiorizado pelo avanço neoliberal e a grandiosidade do poder do capital, não tem mecanismos de proteção do trabalho. O fosso que se abre não é somente entre operário e capitalista, mas também entre os próprios trabalhadores, pois

> A revolução tecnológica que vivemos – tal como foi a Revolução Industrial – gera uma fratura entre o trabalho sofisticado e criativo dos que organizam e gerem o sistema e o trabalho dos que apenas operam segundo instruções recebidas, cada vez mais substituídos pela automação, pela robótica e pela inteligência artificial (DOWBOR, 2020, p. 69).

Com a divisão da classe trabalhadora, o impacto dessas transformações repercutem diretamente no cotidiano e nas estratégias de sobrevivência dos indivíduos. A nova forma de se organizar a produção impõe, assim, uma maneira diferenciada de se entender enquanto trabalhador, bem como este de se pôr no mundo. Altera a sua condição de sujeito que é levado a se considerar autorreferenciado.

Esse novo trabalhador não enxerga mais o sindicato como uma ferramenta a seu favor e, por isso, o ignora. A consequência é o esvaziamento desse mediador político, que vê o seu poder de mobilização e de enfrentamento ao capital se evaporar.

Empreendedorismo e solidariedade de classe

Diante do movimento do capital em busca de sua constante ampliação, a classe trabalhadora é direcionada para um caminho de extrema incerteza. As soluções apresentadas passam a reforçar, como vimos, o crescente desemprego e a desorientação no mundo do trabalho.

Na nova posição em que o trabalhador se encontra, ele tende a buscar uma alternativa individualizada. No sonho da emancipação econômica, é conduzido a se considerar, ele próprio, uma empresa. Por extensão, incorpora a lógica da competição em que o outro, em condição similar, é visto como competidor. O lema que se torna mantra a partir de então é o do empreendedorismo.

Impulsionado pela ideologia neoliberal e pelas facilidades do avanço tecnológico, o trabalho passa a estar mais e mais condicionado ao acesso às plataformas digitais que se constituem na ponta visível de um modelo que, ao mesmo tempo que agrega de modo intensivo, também exclui no mesmo ritmo. Sendo assim, vive-se a tendência da massa de trabalhadores sem direitos trabalhistas, mal remunerados e excessivamente fatigados. São os precarizados, entendidos como empreendedores.

O fluxo virtual e o conhecimento agregado às plataformas digitais, que agora desempenham papel de destaque na esfera econômica, passam a ocupar espaço central na reprodução do capital, mas não a partir do lucro gerado pela produção, e sim pelo rendimento financeiro (DOWBOR, 2020, p. 75). Isso gera, como característica dessa sujeição às tecnologias, a imaterialização do trabalho.

A outra face para manter o indivíduo preso à lógica neoliberal é a defesa de que esse modelo oferece a absoluta liberdade para a realização dos seus desejos. Com isso, o capital transfere para o trabalhador a responsabilidade de sua plena satisfação.

Para que o modelo não seja posto em dúvida, o neoliberalismo utiliza a permanente incitação/excitação do trabalhador pela busca de seus objetivos e desejos. Nessa estratégia, o controle social se dá pela própria condição de submissão voluntária ao domínio do capital.

Estamos diante de um indivíduo que, como empreendedor, é o responsável por seu próprio posicionamento no mercado. Os investimentos

que têm de fazer para se colocar no mercado, enquanto empresa que é, não se limitam a bens materiais. A sua própria qualificação/formação assume essa função e, portanto, contornos de capital. E é, nesse momento, que ganha relevância, então, a ideia de capital humano.

Não nos surpreende que toda essa revolução empreendida pelo neoliberalismo afete não somente a vida prática dos indivíduos, mas o próprio comportamento social e o modo dos indivíduos se posicionarem no mundo. Nessa perspectiva, a solidariedade de classe gradativamente se esgarça, enquanto, também, enfraquece a capacidade de formulação de projetos futuros de sociedade e de nação. O mundo, agora, é cada vez mais composto de individualidades.

Diante disso, cabe a indagação: qual o papel desempenhado pela formação/educação no avanço das relações capitalistas na atualidade?

A educação em tempos de neoliberalismo

A resposta à pergunta proposta no tópico anterior não é simples. Devemos considerar, porém, que a educação participa de forma privilegiada, enquanto aparelho de hegemonia, na formação da concepção de mundo dos indivíduos. Se aceitamos essa tese, podemos partir do entendimento de que a organização e a prática educacional não são apenas de caráter técnico-político, mas marcadamente ideológico.

Por isso que, ao travar uma luta para além da esfera econômica, o neoliberalismo estabelece, igualmente como espaço de disputa, a esfera ideológica. Nesse sentido, a busca pela hegemonia constitui um aspecto importante da afirmação da visão de mundo, cuja educação se insere e desempenha papel de destaque. Ela tem responsabilidade direta em forjar comportamentos, bem como as formas de pensar dos indivíduos.

A educação lapida o modo de ser dos indivíduos e define sua maneira de se pôr no mundo, pois o conhecimento científico age ideologicamente fornecendo certezas sobre a interpretação do real e, assim, atuando como poder (ZIZEK, 2014. p.74). Por isso, não nos causa estranheza assistirmos ao interesse e o avanço dos grandes grupos econômicos e suas fundações sobre as instituições de ensino.

A transformação vivida pelas instituições de ensino com o avanço do

capitalismo neoliberal nada mais é que a sanha, por parte dos grupos econômicos, pelo controle absoluto dos aparelhos de hegemonia. É a luta pela formação e a afirmação do comportamento ideológico das novas gerações para submetê-las aos padrões neoliberais, cujo individualismo é a condição.

Individualismo como forma de se posicionar no mundo e o papel da educação

Conforme Marx alertava, os conflitos gerados pelas transformações vividas na esfera econômica levam os indivíduos a se confrontarem com eles na esfera ideológica. E é aí que eles ganham consciência desses conflitos para, então, buscar resolvê-los (MARX,https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm). Na mesma linha de entendimento, Lukács reforça a observação de Marx nos lembrando de que esses conflitos emergem essencialmente do ser social (LUKÁCS, 2010. p. 38).

Agora, se a ideologia é produto do campo social, este é, portanto, a condição para a sua realização e, por extensão, também de disputa. Por isso Gramsci afirma que "é na ideologia e pela ideologia que uma classe pode exercer a hegemonia sobre outras, isto é, pode assegurar a adesão e o consentimento das grandes massas" (BOTTOMORE, 2013, p.186). Pois é "graças à ideologia que um sujeito coletivo torna-se consciente de si e, portanto, pode contrapor-se à hegemonia adversária: a ideologia como lugar de constituição da subjetividade coletiva." (Dicionário Gramsciano, 2017 p. 400).

Mas podemos considerar, também, como possibilidade, que a ideologia é uma falsa consciência, conforme entendia Marx. Essa situação se daria, tendo em vista que as verdadeiras forças propulsoras desse processo permanecem ignoradas por seus sujeitos (SILVA, 2013, p. 58). Esse entendimento nos coloca como necessário e fundamental, na luta de classes na esfera ideológica, a problematização das manifestações sociais como o caminho para desvelar as contradições sociais centrais e, desse modo, superá-las.

Mészáros, por sua vez, afirma que a ideologia é "uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada" (MÉSZÁROS, 2004, p.65). Devemos destacar, diante disso, que ela atua sobre os

indivíduos que a introjetam, de maneira consciente ou inconsciente, e a transformam em vivências.

Compreendendo da forma como Mészáros coloca, podemos afirmar que as transformações econômicas levadas a cabo pelo neoliberalismo geraram novas contradições no campo social que impactaram o próprio comportamento e consciência dos indivíduos. Ou melhor, que tais transformações obrigaram os indivíduos a se reposicionar no mundo. Óbvio está, contudo, que o fazem sem que obrigatoriamente tenham conhecimento das verdadeiras forças que organizam a nova ordem.

Entendemos, portanto, que a ideologia neoliberal compõe e sustenta o conjunto das transformações materiais ocorridas no capitalismo. É a ideologia que tem levado, desse modo, à superação do sujeito social coletivo e gerado a adesão e o consentimento das grandes massas ao sujeito individual.

A velha fórmula do sujeito coletivo, entendida como dominante até fins do século XX, se viu, assim, fortemente abalada com a gradativa substituição do método fordista de produção. Ao se tornar obsoleto esse método, a descentralização e desagregação da produção aceleram a eliminação de postos de trabalho e alteram a maneira da reprodução social que passou a ter o empreendedor como a solução. Mas toda essa transformação não se sustentaria se não estivesse ancorada ideologicamente. Daí a importância do controle da educação em que o neoliberalismo tanto tem se empenhado.

Com o crescente desemprego, que é um movimento estrutural do regime do capital, tendo em vista que a busca pelo aumento da produtividade implica na substituição do trabalhador pela máquina, os indivíduos são empurrados para soluções de sobrevivência que não passam mais pelo sujeito coletivo. Suas estratégias se tornam mais e mais atomizadas e os trabalhadores foram levados a se pôr na mesma condição que as empresas.

A lógica da competição, que nos leva a viver em um "presente perpétuo", fragiliza a solidariedade e a identidade de classe que passa a ser, para o trabalhador, uma "celebração móvel" e, por isso, fluida. E, mais grave ainda, "cai o nível intelectual do trabalho e […] acarreta a criação de uma população trabalhadora descartável, deixada como reserva para

as necessidades da exploração capitalista" (POSTONE, 2014, p. 394).

Vivenciamos os trabalhadores se tornarem reféns de soluções individuais e, por isso, levados a um frenético clima de concorrência entre si. Não se veem mais como pertencentes a uma classe, mas sim como empreendedores que têm em seu "negócio" a única possibilidade de sobrevivência. A sua habilidade, cada vez mais instrumental e adquirida superficialmente, é vista como o seu capital. Afirma-se, aí, a sua condição de capital humano difundida pelos aparelhos de hegemonia da classe dominante.

Lembremos que o conceito de capital humano é entendido como os investimentos que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Em termos macroeconômicos, o investimento no "fator humano" passou a significar um dos determinantes para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, consequentemente, de mobilidade social. (FRIGOTTO, 2010, p.51).

Entra em cena, nesse momento, a economia do conhecimento. Nela, a ideia de capital humano assume papel de destaque orientando, também, a educação. Foi nessa perspectiva que o trabalhista e ministro da educação do Reino Unido entre 1997/2001, David Blunkett, defendeu que "aprender é a resposta para a prosperidade – para cada um de nós individualmente e para a nação como um todo. Os investimentos no capital humano serão a base para o sucesso na economia global baseada no conhecimento do século XXI" (GUILE, 611-636, 2008, p.630).

Observa-se, portanto, que a educação ganha relevância não como condição para emancipação do indivíduo, mas como submissão deste à lógica do capital. Não é de se estranhar que o campo educacional passasse a ser pressionado a buscar formas flexíveis de organização, assim como as demais empresas.

Intensifica-se, então, o investimento em tecnologia, cujas plataformas se tornam as vedetes de um capitalismo que se transforma aceleradamente e cria, desse modo, um novo cenário em que o trabalhador se distancia da produção direta em seu campo de atuação. A consequência é a organização e expansão da educação a distância (EaD), implicando na

redução do número de trabalhadores em atividade.

Com a utilização das plataformas, o professor, em muitas de suas atividades, realiza seu trabalho isolado atrás de uma tela de computador e sem direitos trabalhistas. Cresce a precarização das condições de trabalho, além desse profissional ser descolado do convívio do conjunto de sua categoria.

Não é por outro motivo que no neoliberalismo se somam a redução da participação direta do trabalho na produção de mercadoria, o aumento dos desempregados, a crescente pobreza e a horizontalização do método de produção. Essas são condições que deslocam o trabalho para fora de seu espaço e do conflito de classes. Por isso, mais e mais a tensão e contradições de classe têm se posicionado na vida da cidade, na circulação, onde o valor efetivamente se realiza. Pois,

> O valor é produzido no processo do trabalho, e é um aspecto muito importante da luta de classes. Mas o valor se realiza no mercado através da venda, e uma boa parte da política tem aí seu lugar. Uma grande parte da resistência à acumulação do capital se exprime não somente no lugar de produção, mas também através do consumo, na esfera da realização do valor. (HARVEY,outraspalavras.net/capa/neoliberalismo-projeto-politico/)

É por isso que o trabalhador do neoliberalismo não se vê pertencendo a uma classe e, consequentemente, não reconhece o sindicato como uma ferramenta de sua representação. A sua luta é individual e se dá na esfera do consumo ancorado nas plataformas digitais. Não é por outro motivo que desconsidera as relações de exploração, pois a ideia de estar submetido a um patrão se torna cada vez mais abstrata, dado que as plataformas transformaram o trabalho e suas relações em expressões imateriais.

Breves considerações finais

O exposto neste texto, de forma resumida, buscou ampliar o debate sobre os impactos do neoliberalismo na sociedade. Não se limitou ao aspecto econômico, dado que incluiu reflexões que nos levam à possi-

bilidade de compreensão das características desse novo sujeito que vão além das condições materiais e políticas.

Podemos dizer, nesse caso, que o capitalismo, na sua fase neoliberal, ultrapassou a simples condição de dominação para assumir, no século XXI, a posição de hegemonia. Assim, o empreendedor que acredita estar no pleno exercício de suas liberdades de autorrealização, e considera isso pela permanente incitação/excitação que o neoliberalismo lhe provoca, introjeta essa ideologia se considerando, ele mesmo, uma empresa. Nesse sentido, estamos diante de um outro tipo de sujeito. Não mais o sujeito coletivo que dominou até fins do século XX, mas o sujeito individualizado, atomizado.

Para esse novo sujeito que se vê detentor da plena capacidade de se satisfazer, os projetos coletivos perderam o sentido de ser e de existir. Ele é autorreferenciado e crê não necessitar do outro para se realizar.

A crise vivida pelo sujeito coletivo nos impõe, portanto, novos caminhos e estratégias que sejam capazes de recolocar no centro da política o interesse mais universal. O interesse que vai além do indivíduo.

Não podemos deixar de compreender, por isso, que o neoliberalismo é mais do que um simples modelo econômico. Ele é, também, uma nova cultura, que rompeu com a coletividade e seduz o indivíduo a se compreender como autossuficiente. Desse modo, nos vemos desafiados a buscar ferramentas que nos permitam recuperar a visão de totalidade, superando, assim, a ideia simplista de sujeito atomizado. Essa é a condição fundamental para se pensar o futuro social enquanto coletividade, e não como um conjunto de individualidades.

BIBLIOGRAFIA

BOTTOMORE,Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Dicionário Gramsciano. São Paulo: Boitempo, 2017.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições SESC/São Paulo, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da escola improdutiva:** um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola, 14ª ed., 2005. p.135.

_____. **Neoliberalismo, projeto político.** Disponível em: outras-palavras.net/capa/neoliberalismo-projeto-politico/

KENWARD, Lloyd. *Desemprego nos países industrializados*. In: **Finanças e Desenvolvimento/junho 1983**: bibliotecadigital.fgv.br

KODJA, Claudia Chueri. **Crise econômica ao final do século XX – 1970 a 2000: Advento de uma nova organização social e financeira**. (Tese). São Paulo: USP, 2009.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo, Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I – capítulo VI. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 1978.

_____<https://www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/

05.htm>

_____ https://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/cap03.htm#i114

_____ https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo, Boitempo, 2004.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SILVA, Ludovico. **A Mais-valia ideológica**. Florianópolis, Insular, 2013.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais.** São Paulo: Boitempo, 2014.